

Empreendimentos Econômicos Solidários: Uma forma alternativa de geração de emprego e renda

Ingrid Lorrane Miranda de Sousa¹
Prof^a Dra Delaine Sampaio da Silva²

RESUMO

O presente artigo propõe uma discussão concernente à importância da Economia Solidária como uma ferramenta de inclusão socioeconômica pelo trabalho. O tema proposto busca analisar o papel dos empreendimentos econômicos solidários como uma forma alternativa de geração de emprego e renda nas regiões brasileiras. Nesse sentido, os elementos conceituais, a origem desta empreitada e o modo como o trabalho é desenvolvido são temas de imensa relevância para um melhor entendimento sobre a Economia Solidária. Partindo do exposto, este artigo estende-se ao atual retrato da ES viabilizado por meio dos dados do segundo mapeamento de Empreendimentos de Economia Solidária, disponibilizado pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária no Brasil.

Palavras-chave: Economia Solidária, geração de emprego.

ABSTRACT

This article proposes a discussion concerning the importance of Solidarity Economy as a tool for social and economic inclusion work. The theme seeks to analyze the role of the solidarity economy enterprises as an alternative way of generating employment and income in the Brazilian regions. In this sense, the conceptual elements, the origin of this project and how the work is done are huge issues of relevance to a better understanding of the Solidarity Economy. Based on the above, this article extends the current picture of the made possible through the data of the second Solidarity Economy Enterprises mapping - ESS, provided by the National Information System on Solidarity Economy in Brazil

Key-words: Solidarity economy, generating employment.

¹ Bacharelado em Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: ingridlorrane.economia@gmail.com

² Diretora do Centro de Formação Interdisciplinar da Universidade Federal do Oeste do Pará e Professora orientadora. E-mail: sampaio.delaine@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a discussão sobre a Economia Solidária tem apresentado maior relevância nas arenas de debate político, tendo em vista que, em períodos de crise, esta economia é utilizada como uma forma alternativa de mercado de trabalho através dos Empreendimentos Econômicos Solidários, os quais possuem o princípio da valorização do homem pelo trabalho.

A Economia Solidária surgiu na época da Revolução Industrial, quando se estava passando por uma crise socioeconômica devido a elevada taxa de desemprego. No Brasil, a ES também surgiu em época de crise, mais especificamente durante os dois choques que petróleo que aconteceram na década de 70 do século passado.

Ao contrário das empresas capitalistas, os Empreendimentos Econômicos Solidários não têm como objetivo principal a busca desenfreada por lucros, uma vez que prima pelo ser humano, todavia, o lucro se faz necessário para garantir a subsistência dos trabalhadores e de suas famílias.

Esse tema será aqui discutido por ser atual, relevante e ainda pouco analisado nos trabalhos acadêmicos. Em seu teor, o artigo tem como objetivo analisar o papel dos Empreendimentos Econômicos Solidários como uma ferramenta de inclusão socioeconômica pelo trabalho.

Para alcançar o objetivo deste artigo, serão analisados os dados referentes às áreas de atuação dos EES, as suas formas de organização, as principais atividades econômicas e setores econômicos, e geração de emprego e renda nas regiões brasileiras, disponibilizados pelo Sistema de Informação de Economia Solidária.

2 ELEMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS A RESPEITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária ³ define a Economia Solidária (ES) como “fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária”. É importante ressaltar que a ES perpassa por variadas definições, entretanto, todas estão relacionadas à solidariedade em contraste com o individualismo (SINGER, 2003).

Ainda nesse eixo conceitual,

A Economia Solidária é um exercício de poder compartilhado, de relações sociais e de cooperação entre os trabalhadores, que privilegia o trabalho em detrimento do capital, que vivencia outras formas de organização do trabalho que possam superar a economia capitalista individualista e competitiva. Crítica ao atual modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico e na lógica exclusiva do mercado, a Economia Solidária apresenta-se como alternativa não só ao desemprego, mas também às relações empregatícias precarizadas. É um caminho que possibilita maior autonomia e democratização, pois, para este, trabalho também é uma forma de inserção na sociedade, de exercício de cidadania (SILVA; OLIVEIRA; BERTANI, 2007, p.7)

Diante dessa afirmativa, a ES compreende uma diversidade de práticas e relações socioeconômicas que utilizam os princípios da autogestão, solidariedade, respeito tanto a natureza quanto à questão de gênero, valorização do trabalho humano, cooperação, entre outros, nos empreendimentos solidários que são organizados, geralmente, sob a forma de associações, cooperativas, clubes de troca e entre outras.

A Economia Solidária (ES) tem sua origem nas lutas de organizações de trabalhadores, tendo em vista que foi criada por operários no século XIX, período que o capitalismo industrial estava emergindo, como uma possível solução para a pobreza e o desemprego suscitados pela difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor (SINGER, 2002).

Nesse contexto, Silva (2010, p. 23) salienta que a ES

surge no cenário de crise do capitalismo momento em que o desemprego se consolida em índices altos e de forte exclusão do mercado de trabalho, situação que impulsiona os trabalhadores, em face desse processo de exclusão acirrada e crescente, a buscarem formas alternativas de produção, trabalho e, conseqüentemente, de geração de renda.

Desse modo, a Economia Solidária surgiu como uma forma alternativa para o enfrentamento das desigualdades socioeconômicas ocasionadas pelo sistema capitalista, tendo em vista que seu aspecto central não é a busca desenfreada pela maximização dos lucros, mas sim a prática do preço justo em seus empreendimentos, no qual a propriedade dos meios de

³ A III Plenária Nacional cria o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país, em torno de uma Carta de princípios e uma Plataforma de Lutas, ali aprovadas, e de fazer a interlocução junto ao governo, em especial junto à Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES (GODOY, 2009).

produção é coletiva, e se destacam nesses empreendimentos as alternativas para o desenvolvimento social e econômico, gerando renda e respeitando o meio ambiente através do desenvolvimento sustentável.

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária surge no Brasil na segunda metade do século XX, em um período que o País estava enfrentando uma crise econômica e social resultante dos dois choques do petróleo ocorridos respectivamente em 1974 e 1979, os quais foram responsáveis pela redução da disponibilização do petróleo no mercado mundial e pelo aumento significativo do seu preço (SINGER, 2014).

O Brasil não era autossuficiente na produção de petróleo, por isso, precisou importar esse produto a preços elevados, gerando para o país o problema inflacionário e a dívida externa de aproximadamente um bilhão de dólares depois do segundo choque. Nessa época, o Brasil estava passando pela ditadura militar, e esse regime político não conseguiu conter a inflação, a qual ocasionou na queda do consumo e da produção, resultando no desemprego em massa, onde muitas famílias perderam a sua fonte de renda.

A Economia Solidária aparece no Brasil como uma resposta a essa problemática e uma das experiências da ES que merece destaque são os Projetos Alternativos Comunitários - PAC's, os quais são obras da Cáritas, instituição da Igreja Católica. Singer (2014) afirma que os PAC's ajudaram as vítimas da crise que o país estava enfrentando ao organizar os desempregados em associações de trabalhadores para produzirem bens e serviços de primeira necessidade, que seriam trocados ou comercializados para garantir a subsistência desses trabalhadores e de suas respectivas famílias.

É importante ressaltar que os PAC's surgiram em 1980 e alcançaram maior ênfase entre 1995 e 2000. Tinham como finalidade melhorar o bem estar da família em sua particularidade, deixando o coletivo como segundo plano, contudo, existia a intenção de estruturar um sistema alternativo ao capitalismo (SILVA, 2010).

Conforme Silva (2010), o termo alternativo usado pelos PAC's não estava relacionado a uma transformação social, tendo em vista que o seu intuito, a princípio, era não deixar que o trabalhador passasse fome, não havendo a preocupação com o futuro. Entretanto, esse cenário modificou-se no decorrer do tempo quando o coletivo passou a ser prioridade tanto pelos PAC's como por associações, passando assim a se instituir uma nova interação econômica conhecida como Economia Solidária.

No início do século XX, a ES se tornou parte do programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma alternativa de enfrentar a crise ainda existente. Nesse contexto, o presidente sancionou a Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764 de 24 de junho de 2003, a qual criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo objetivo é realizar um mapeamento amplo de informações e a criar um banco de dados nacional sobre a economia solidária. Ademais, o mapeamento, realizado pelo SENAES e pelo FBES, deu origem ao Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES), com o intuito de disponibilizar as informações sobre a ES, compostas por Empreendimentos Econômicos Solidários - EES e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento – EAF (GODOY, 2009).

Diante do exposto, é possível afirmar que a Economia Solidária, se apresenta na atualidade como um movimento dinâmico e crescente que está se fortalecendo e ganhando o apoio do governo brasileiro (SILVA, 2010).

3 TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O trabalho é uma forma que o homem utiliza para se relacionar com a natureza, transformando-a com o objetivo de atender as suas necessidades. Nesse sentido, “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1983, pg. 149).

Desse modo, através do trabalho o homem modifica a natureza e a si próprio, criando, assim, meios para a sua existência. Marx (1983) salienta que o trabalho é uma dimensão formadora do social, onde o ser humano se integra a sociedade e constrói sua história de vida e identidade.

Para Silva (2010) o trabalho, no modo de produção capitalista, é executado por trabalhadores que para garantirem a sua subsistência vendem a sua força de trabalho para os donos dos meios de produção, isto é, os capitalistas, e é a partir da exploração da força de trabalho que se tem o excedente de produção, o qual é apropriado e transformado em lucro para os capitalistas.

Ao contrário desse modo de produção, na Economia Solidária, a força de trabalho não é mais explorada, pois a ES tem como princípio a valorização do trabalho humano através dos valores do associativismo, do cooperativismo, do mutualismo e da solidariedade (VILAR, 2013).

Nesse contexto, é necessário ressaltar que apesar do sistema capitalista ser considerado hegemônico, a ES vem se desenvolvendo em função de movimentos sociais, uma vez que o capitalismo não tem a capacidade de inserir dentro de si toda a população economicamente ativa. Diante disso, “a Economia Solidária não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas, ao contrário, busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos” (COELHO, 2005).

A Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento de geração de trabalho e distribuição de renda, sustentada em formas coletivas, justas e solidárias, cujo objetivo é promover a inclusão social. De acordo com o site do Ministério de Trabalho e Emprego, os resultados econômicos, políticos e culturais da ES “são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica”.

3.1 EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Os Empreendimentos Econômicos Solidários são definidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego como organizações coletivas e suprafamiliares que estão organizadas sob a forma de associações, cooperativas, grupos de produção, empresas autogestionária, entre outras, e seus participantes são trabalhadores do sexo feminino e masculino que residem nos meios urbano e rural, os quais realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo.

Charles e Pinto (2007) definem os EES como

Uma concreta expressão de uma nova forma de produção e distribuição, grupos coletivos que organizados de forma democrática congregando trabalhadores e trabalhadoras marginalizados do mercado formal de trabalho, seja por questões de gênero, raça, idade ou qualificação social associando desta forma uma identidade social e política na forma de “fazer a economia”, sendo estes os protagonistas e o principal segmento do Movimento de Economia Solidária.

Portanto, os Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações de empreendedores populares, como os pequenos empresários e os autônomos, na formalidade ou não que procuram alternativas econômicas a partir de sua própria iniciativa (VILAR, 2013).

4 METODOLOGIA

Para a realização do presente artigo realizou-se uma pesquisa bibliográfica, baseada em livro, teses, monografias de conclusão de curso e artigos científicos, onde foi possível

fazer uma análise crítica, com base no referencial teórico-metodológico da ciência econômica, sobre o tema em questão.

A pesquisa bibliográfica foi importante fonte primária de dados e informações, tendo em vista que os dados quantitativos utilizados no artigo foram obtidos através do livro “A Economia Solidária no Brasil: uma análise dos dados nacionais”, o qual foi escrito a partir do segundo mapeamento de dados sobre a ES no território nacional, realizado entre os anos de 2009 e 2013 e disponibilizado pelo Sistema de Informações de Economia Solidária.

Conforme Gaiger et al. (2014), o segundo mapeamento teve a amostra estipulada em 3.000 informantes, sendo que as estratificações por Unidades da Federação (UF) e por porte dos Empreendimentos Econômicos Solidários estabeleceram uma margem de erro de 1,8% (nacional) e de 5% nas Regiões, com nível de confiança de 95%.

Portanto, esses dados são eficazes para analisar da realidade da Economia Solidária nas regiões brasileiras, além disso, possibilitam a discussão sobre o papel dos empreendimentos econômicos solidários como uma forma alternativa de geração de emprego e renda nas regiões brasileiras.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Gaiger et al. (2014), o segundo mapeamento foi realizado em todo o território nacional e registrou EES em 2.804 municípios. Os estados com maior número de municípios foram: Rio Grande do Sul (281), Bahia (222) e São Paulo (201). E os estados com maior número de EES mapeados: Rio Grande do Sul (1696), Pernambuco (1503), Bahia (1452), Ceará (1449) e Pará (1358).

Na distribuição regional, pode-se verificar na figura 5.1 que 41% dos EES estão localizados na Região Nordeste, isso se justifica pela sua necessidade de combater a pobreza existente nessa região. Além disso, a Região Centro-Oeste possui a menor porcentagem, 10%, e as Regiões Sul, Norte e Sudeste apresentam porcentagens muito próximas respectivamente 17%, 16% e 16% (GAIGER et al., 2014).

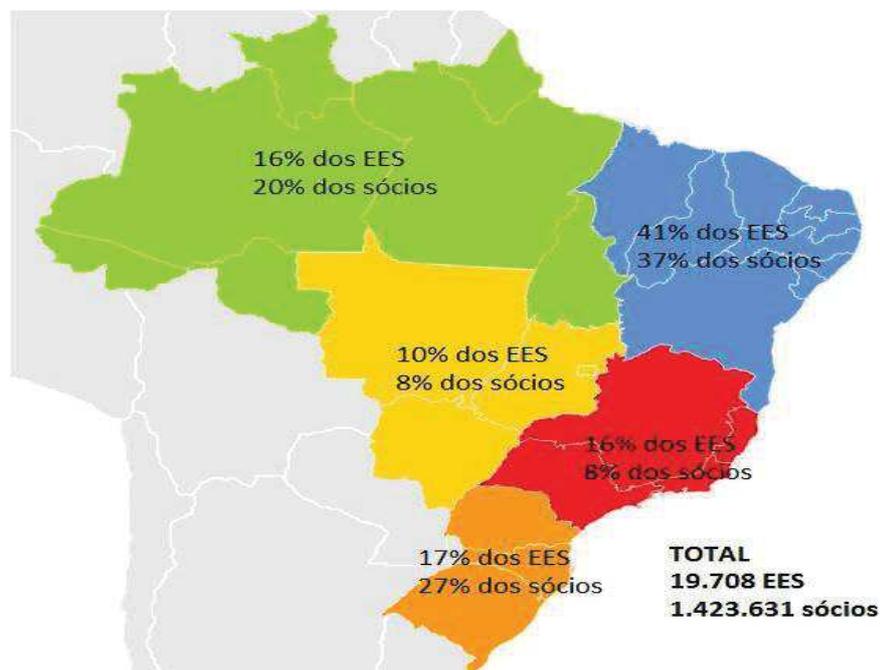


Figura 5.1 - Distribuição Nacional dos EES e sócios por Região. Fonte: SIES (2014)

Na figura 5.1 é possível verificar ainda que a porcentagem de sócios/as, isto é, os integrantes dos EES em cada Região não acompanha linearmente a porcentagem de EES, haja vista que apesar das Regiões Centro-Oeste e Sudeste possuírem a diferença de 6% na porcentagem de EES, as porcentagens da quantidade de sócios é a mesma de 8% (GAIGER et al., 2014).

De acordo com o segundo mapeamento de dados sobre a Economia Solidária no Brasil, é importante destacar as principais características dos Empreendimentos Econômicos Solidários, que são a área de atuação, a forma de organização adotada, as principais atividades econômicas e os setores econômicos.

Desse modo, no gráfico 5.1 pode-se analisar que a distribuição dos EES no espaço rural e urbano varia bastante regionalmente, indo no primeiro caso de 30% no Sudeste a 72% no Nordeste e, no segundo, de 19% Nordeste a 61% no Sudeste. O espaço misto, rural e urbano, de atuação dos EES também oscila, alcançando na Região Sul (16%) o dobro da Região Nordeste (8%). Esses dados sugerem que a Economia Solidária apresenta fisionomias distintas em cada Região (GAIGER et al., 2014).

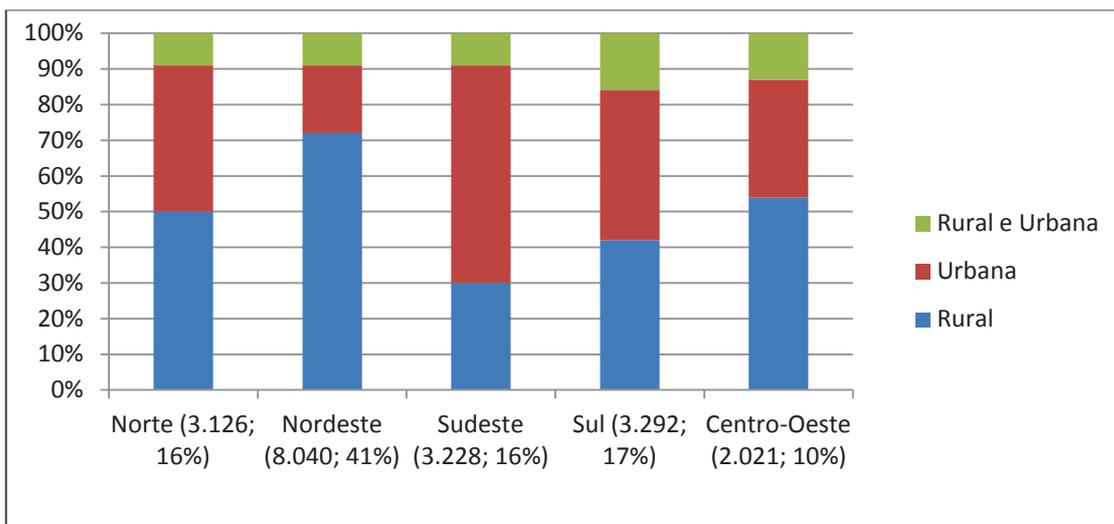


Gráfico 5.1 – Áreas de atuação dos EES conforme a Região. Fonte: SIES (2014).

A suposição feita na análise do gráfico anterior que a ES se apresenta fisionomias distintas em cada Região é confirmada pela frequência das formas de organização adotadas pelos EES, como mostra o gráfico 5.2.

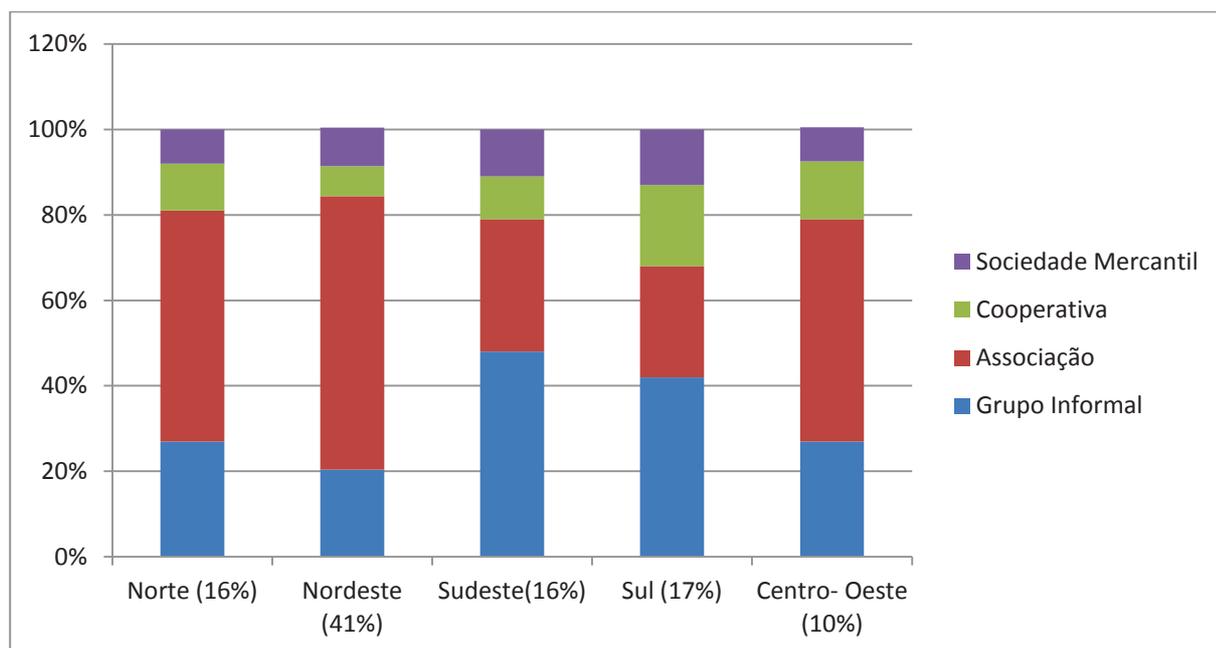


Gráfico 5.2 – Formas de organização dos EES segundo a Região. Fonte: SIES (2014)

Na Região Nordeste, em que predomina o espaço rural, temos o maior percentual nacional de associações (74%) e o menor número de grupos informais (21%). Enquanto isso, a Região Sudeste, com maior presença de EES urbanos, exibe o maior percentual de grupos informais (49%) e menor presença de associações (41%). A Região com o menor percentual de associações, a Sul (36%), apresenta o maior índice de cooperativas (18%), acima do dobro da média nacional (8,8%), e um número considerável de grupos informais (44%). Essa Região

apresenta um equilíbrio entre o rural e o urbano (42%), espaços que já estão vinculados respectivamente com associações e grupos informais, enquanto as cooperativas tendem a se dividir entre ambos e apresentam o maior percentual nacional de atuação mista (19%)

Na tabela 5.1 é possível observar as principais atividades econômicas, sendo que em todas as Regiões predominam os EES de produção, modalidade mais frequente (56,2%) do que todas as demais juntas. Na Região Nordeste, há principalmente associações rurais de produção, como também no Centro-Oeste e no Norte. Enquanto isso, no Sudeste há mais grupos informais de produção; no Sul, ambas as formas, mas igualmente um número maior de cooperativas de produção. Já quanto às cooperativas de prestação de serviço ou trabalho, elas se concentram na Região Sul, aparecendo também no Sudeste e sendo menos frequentes nas demais Regiões. Da mesma forma, há mais cooperativas de comercialização na Região Sul e Sudeste, e mais associações de comercialização nas demais Regiões (GAIGER et al., 2014).

Tabela 5.1 – Atividade econômica principal dos EES por Região. Fonte: SIES (2014)

Atividade Econômica Coletiva Principal	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Troca	97 (3,1%)	74 (2,2%)	31 (1,0%)	47 (1,4%)	81 (4,0%)
Produção	2.435 (77,9%)	3.987 (49,6%)	1.642 (50,9%)	1.778 (54,0%)	1.239 (61,3%)
Comercialização	168 (5,4%)	497 (6,2%)	869 (26,9%)	815 (24,8%)	279 (13,8%)
Prestação do serviço	240 (7,7%)	445 (5,5%)	265 (8,2%)	240 (7,3%)	106 (5,2%)
Poupança, crédito ou finanças solidárias.	20 (0,6%)	177 (2,2%)	25 (0,8%)	98 (3,0%)	8 (0,4%)
Consumo	167 (5,3%)	2.760 (34,3%)	396 (12,3%)	314 (9,5%)	308 (15,2%)
Total	3.127	8.040	3.228	3.292	2.021

Amplamente falando, 89,3% dos EES atuam em cinco setores econômicos, conforme a tabela 2.5.

Tabela 2.5 – Principais setores econômicos por Região. Fonte: SIES (2014)

Principais Seções CNAE	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Indústrias de transformação	1.065 (34,3%)	1.835 (22,9%)	1.238 (38,6%)	1.273 (38,7%)	615 (31,1%)	6.026 (30,8%)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.258 (40,5%)	2.298 (28,7%)	423 (13,2%)	520 (15,8%)	822 (41,5%)	5.321 (27,2%)
Comércio	350 (11,3%)	1.150 (14,4%)	736 (23,0%)	948 (28,8%)	219 (11,1%)	3.403 (17,4%)
Outras atividades de serviços	63 (2,0%)	2.070 (25,8%)	245 (7,6%)	87 (2,6%)	175 (8,8%)	2.640 (13,5%)
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	39 (1,3%)	47 (0,6%)	295 (9,2%)	149 (4,5%)	41 (2,1%)	571 (2,9%)
Total da Região	3106	8009	3204	3287	1980	19586

Na região Norte tem-se o destaque na Agricultura e outras atividades rurais correlatas, mas também em Indústrias de Transformação / menor presença no Comércio e em Atividades de organizações associativas. As classes mais frequentes são: Cultivo de arroz (8,2%), Fabricação de farinha de mandioca e derivados (5,3%) e Comércio varejista de souvenirs, bijuterias e artesanatos (5,3%). Já na região Nordeste há o destaque principal em Atividades de organizações associativas, fato certamente vinculado ao predomínio das associações nessa Região. Classes mais frequentes: Utilização coletiva de infraestrutura (24,8%), Rede de consumidores (5,4%) e Cultivo de feijão (4,1%). Na região Centro-Oeste o destaque é na Agricultura e correlatos / baixo percentual de Comércio. Classes mais frequentes: Criação de bovinos para leite (12,4%), Cultivo de arroz (8,4%), Organização para

utilização coletiva de infraestrutura (8%) e Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita (4,8%). Na região Sudeste há a proeminência das Indústrias de transformação, secundadas pelo Comércio. Baixo percentual de Agricultura e correlatos. Classes em destaque: Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos (11,8%), Organização para utilização coletiva de infraestrutura (6,5%), Coleta de materiais recicláveis (6,1%) e Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico (5%). Por fim, na região Sul tem-se o percentual elevado em Indústrias de transformação e no Comércio / baixo percentual em Agricultura e correlatos. Classes salientes: Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos (8,9%), Atividades de apoio à agricultura (3,2%) e Produção artesanal de artigos em crochê (3%) (GAIGER et al., 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado, a Economia solidária é um movimento crescente e está ingressando de maneira significativa no mercado de trabalho, o qual não se apropria da força de trabalho humana, uma vez que um dos princípios da ES é a autogestão.

É importante ressaltar que o presente artigo alcançou seu objetivo ao analisar os empreendimentos econômicos solidários como uma forma de geração de trabalho e renda, haja vista que esses empreendimentos contratam trabalhadores para atuarem em cinco principais setores econômicos, sendo que cada região pode atuar em dois ou mais setores econômicos.

Os dados analisados identificaram que praticamente metade dos empreendimentos (41%) estão localizados na Região Nordeste, isso é resultado das grandes desigualdades regionais existentes no Brasil, tornando necessário os EES para garantir a subsistência de muitas famílias.

Além disso, analisou-se que os empreendimentos econômicos solidários localizados na área rural estão organizados, principalmente, sob a forma de associações e na área urbana sob a forma de grupos informais, contudo, sendo a produção a sua principal atividade econômica.

Portanto, o papel dos EES é de suma importância no combate às desigualdades socioeconômicas, sendo, assim, um meio de gerar a inclusão social e econômica para as classes econômicas mais baixas.

REFERÊNCIAS

- CHARLES. D. F; PINTO. I. M. J. **Economia Solidária como alternativa de desenvolvimento regional**. T&C Amazônia, Ano V, Número 10, Fevereiro de 2007.
- COELHO, Júlia. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS**, 2005.
- Disponível em: < www.fbes.org.br/biblioteca22/es_desev_sustentavel_julia.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2015.
- GAIGER, L. I. G. et al. **Economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- GODOY, T. M. P. **Políticas públicas para economia solidária no Brasil: a autogestão na reprodução das relações sociais de produção**. 2009.
- Disponível:<<http://eces.revues.org/1256>>Acesso em: 15 de maio de 2015.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Martins Fontes, 1983. p. 143 – 155.
- Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é Economia Solidária?** Disponível: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>> Acesso em: 22 de maio de 2015.
- Ministério do Trabalho e Emprego. **Os Empreendimentos Econômicos e Solidários**. Disponível: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>> Acesso em: 22 de maio de 2015.
- SILVA, A. V. **Economia Solidária: Uma estratégia Política de Desenvolvimento**. João Pessoa- PB, 2010.
- SILVA, E. P.; OLIVEIRA, T.M.; BERTANI, I. F. **Saúde mental e economia solidária: uma relação em construção**. 2007.
- Disponível:<<http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Diversidade/DI-02.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2015.
- SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul; SOUZA, André R. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Ed. Contexto, 2003.
- VILAR, J. L. **Características da Economia solidária nas práticas da horta orgânica na Associação Amuabas, no município de Sumé – PB**. Sumé: Universidade Federal de Campina Grande, 2013.